



O impacto dos programas do governo federal na Atenção Primária à Saúde

The impact of federal government programs on Primary Health Care

El impacto de los programas del gobierno federal en la Atención Primaria de Salud

Rogeria Carla Alves de Souza¹

¹ Faculdade de medicina de Olinda

Correspondência

dracarlalouza13@gmail.com

Direitos autorais:

Copyright © 2025 Rogeria Carla
Alves de Souza

Licença:

Este é um artigo distribuído em
Acesso Aberto sob os termos da
Creative Commons Atribuição 4.0
Internacional. CC BY-SA

Submetido:

31/03/2025

Aprovado:

10/04/2025

ISSN:

2966-1218

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto dos programas do governo federal na Atenção Primária à Saúde (APS) no Brasil, considerando o período de 2019 a 2025. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, baseou-se em documentos oficiais, artigos científicos e relatórios institucionais para compreender os efeitos das políticas públicas implementadas nesse intervalo. Os dados analisados evidenciam avanços e desafios relacionados à cobertura, qualidade e efetividade dos serviços oferecidos na APS. A partir dos resultados, discutem-se as implicações para a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), enfatizando a importância da continuidade e do aprimoramento das ações governamentais.

Palavras-chave: Saúde; Financiamento em Saúde; Políticas Públicas; Atenção Primária

ABSTRACT

This study aims to analyze the impact of federal government programs on Primary Health Care (PHC) in Brazil, considering the period from 2019 to 2025. The research, of a qualitative and bibliographic nature, was based on official documents, scientific articles and institutional reports to understand the effects of public policies implemented in this period. The data analyzed show advances and challenges related to the coverage, quality and effectiveness of services offered in PHC. Based on the results, the implications for the management of the Unified Health System (SUS) are discussed, emphasizing the importance of continuity and improvement of government actions.

Keywords: Health; Health Financing; Public Policies; Primary Care

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar el impacto de los programas del gobierno federal en la Atención Primaria de Salud (APS) en Brasil, considerando el período de 2019 a 2025. La investigación, de carácter cualitativo y bibliográfico, se basó en documentos oficiales, artículos científicos e informes institucionales para comprender los efectos de las políticas públicas implementadas en este período. Los datos analizados resaltan avances y desafíos relacionados con la cobertura, calidad y efectividad de los servicios ofrecidos en la APS. Con base en los resultados, se discuten las implicaciones para la gestión del Sistema Único de Salud (SUS), destacando la importancia de la continuidad y mejora de las acciones gubernamentales.

Palabras clave: Salud; Financiamento de la salud; Políticas Públicas; Atención primaria

Introdução

A Atenção Primária à Saúde (APS) representa o primeiro nível de contato do cidadão com o sistema de saúde, sendo responsável pela coordenação do cuidado e ordenação das redes de atenção (Morais *et al.*, 2020). A sua relevância é amplamente reconhecida por organismos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde (OMS), que destacam seu papel na promoção da saúde, prevenção de doenças e gestão de condições crônicas (Silva *et al.*, 2020).

No contexto brasileiro, a APS constitui um dos pilares fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo operacionalizada principalmente por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF) (Marinho *et al.*, 2024). Desde a sua implementação, diversos programas governamentais têm sido criados com o intuito de ampliar o acesso, qualificar os serviços e garantir a integralidade do cuidado.

Entre os anos de 2019 e 2025, o cenário político e econômico brasileiro passou por transformações significativas, refletidas nas políticas públicas voltadas à saúde (Pereira *et al.*, 2024). Programas como o "Previnde Brasil" trouxeram mudanças substanciais nos critérios de financiamento da APS, impactando diretamente a organização dos serviços nos territórios.

Diante desse contexto, este estudo busca compreender como os programas federais influenciaram a estrutura, os processos e os resultados da APS, considerando os efeitos práticos na qualidade do atendimento à população

(Massuda, 2020). Ao analisar o impacto dessas políticas, pretende-se contribuir para a construção de estratégias mais eficazes e sustentáveis no âmbito da saúde pública.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico, com foco na análise crítica de produções acadêmicas, documentos oficiais e legislações pertinentes ao período de 2019 a 2025. A escolha desse intervalo temporal deve-se às mudanças substanciais ocorridas na formulação e implementação de programas governamentais na área da saúde, especialmente na APS.

Foram utilizados como descritores: "Atenção Primária à Saúde", "Programas do Governo Federal", "Sistema Único de Saúde", "Financiamento em Saúde", "Previnde Brasil" e "Políticas Públicas em Saúde". As bases de dados consultadas incluíram SciELO, LILACS, PubMed, e o portal de periódicos da CAPES.

Os critérios de inclusão consideraram publicações em português, com data entre 2019 e 2025, que abordassem diretamente o impacto de programas federais na APS. Foram excluídos estudos com foco exclusivo em outros níveis de atenção à saúde, bem como aqueles que não apresentavam dados empíricos ou análises críticas relevantes.

A análise dos materiais selecionados seguiu uma lógica interpretativa, voltada para a identificação de padrões, convergências e contradições nos discursos e dados apresentados,

permitindo a construção de uma compreensão abrangente dos efeitos das políticas públicas na APS.

Resultados e Discussões

De acordo com (Seta; Ocke-Reis; Ramos, 2021) a implementação do programa “Previner Brasil” em 2020 representou um marco na reformulação do financiamento da APS. Ao substituir critérios históricos por indicadores de desempenho e cadastramento da população, o programa impactou significativamente a distribuição de recursos entre os municípios (Rodrigues; Eberhardt, 2024).

Segundo Justino *et al.*, (2024) diversos estudos evidenciam que municípios com menor capacidade de gestão ou cobertura populacional insuficiente enfrentaram desafios na adequação ao novo modelo, resultando em possíveis prejuízos à continuidade dos cuidados. Em contrapartida, localidades com estruturas organizacionais mais consolidadas conseguiram otimizar os resultados e ampliar os indicadores de desempenho.

Outro aspecto observado foi a intensificação do uso de tecnologias da informação e comunicação (TICs) no acompanhamento e avaliação dos serviços (Claudino *et al.*, 2022). Plataformas digitais e sistemas informatizados permitiram maior controle dos dados, embora também tenham evidenciado disparidades no acesso e na capacitação dos profissionais (Tavares, 2024).

De maneira geral, as políticas analisadas reforçam a importância da APS como eixo central da saúde pública no Brasil (Borges; Dos Santos; De Assis Simões, 2020). No entanto, os impactos observados demonstram a necessidade de estratégias que considerem as desigualdades regionais e promovam o fortalecimento das capacidades locais de gestão e execução dos programas federais (De Oliveira, 2024).

Além disso, constata-se que a adoção de novos critérios de repasse financeiro influenciou diretamente o comportamento das equipes de saúde, que passaram a direcionar esforços para o cumprimento de metas e alcance de indicadores (Fernandes; Pereira, 2020). Essa dinâmica, embora promova maior controle e avaliação do desempenho, pode induzir à priorização de ações com maior peso nos indicadores, em detrimento de práticas essenciais, mas menos mensuráveis, como a escuta qualificada e o vínculo com a comunidade (Cislagh, 2021).

Outro ponto relevante refere-se à variação nos resultados obtidos entre diferentes regiões do país. Áreas urbanas tendem a apresentar desempenho superior em virtude da maior disponibilidade de recursos humanos, infraestrutura e facilidade de acesso, enquanto zonas rurais e localidades remotas ainda enfrentam obstáculos significativos na consolidação de uma atenção primária efetiva e contínua (Moreira *et al.*, 2020). Essa heterogeneidade revela a necessidade de políticas específicas que levem em consideração as singularidades territoriais.

A participação social também se apresenta como um fator crucial na efetividade dos programas federais (Silva; Oliver, 2019). A atuação dos conselhos locais de saúde, quando fortalecida, contribui para maior transparência, controle social e adequação das políticas às reais demandas da população (Junglos *et al.*, 2019). No entanto, em diversos contextos, observa-se fragilidade na mobilização da sociedade civil e limitada articulação entre os gestores e os usuários dos serviços.

Do ponto de vista dos profissionais que atuam na linha de frente da APS, as mudanças trazidas pelos programas do governo federal geraram impactos diversos (Dos Santos Teixeira *et al.*, 2021). Enquanto alguns relataram maior estímulo à organização do processo de trabalho e à busca ativa da população, outros mencionaram aumento da carga burocrática, insegurança quanto à estabilidade dos contratos e dificuldade na adaptação às novas exigências administrativas.

Por fim, destaca-se que os efeitos dos programas analisados não se restringem apenas aos aspectos operacionais, mas também influenciam a percepção da população sobre o sistema de saúde (Fernandez *et al.*, 2023). Em áreas onde houve melhoria na qualidade do atendimento, observa-se maior confiança dos usuários nos serviços oferecidos. Em contrapartida, onde os impactos foram negativos, registram-se insatisfações crescentes e maior procura por serviços de urgência e emergência, o que contraria os princípios da APS e onera o sistema como um todo.

Conclusão

A análise dos programas do governo federal voltados à Atenção Primária à Saúde entre 2019 e 2025 evidencia avanços importantes na redefinição do modelo de financiamento, bem como na valorização de indicadores de desempenho como ferramenta de gestão. Tais mudanças, entretanto, não foram isentas de desafios, especialmente para os municípios mais vulneráveis.

Observa-se que, embora o programa “Previne Brasil” tenha introduzido inovações relevantes, a ausência de um planejamento territorial sensível às desigualdades comprometeu, em alguns casos, a efetividade da APS. A capacitação técnica e a infraestrutura dos serviços de saúde são elementos essenciais para o êxito dessas políticas.

A experiência recente reforça a importância de políticas públicas sustentadas em princípios de equidade, integralidade e participação social. É fundamental que as ações do governo federal considerem a diversidade dos contextos locais, buscando garantir um cuidado mais próximo e resolutivo à população.

Por fim, conclui-se que os programas governamentais têm potencial transformador na APS, desde que sejam implementados com responsabilidade técnica e política. A consolidação de um sistema de saúde forte e eficiente depende, sobretudo, do compromisso com a universalidade e com a valorização das necessidades reais dos cidadãos.

Referências

- BORGES, João Paulo Assunção; DOS SANTOS, Luciana Avila; DE ASSIS SIMÕES, Ana Lúcia. Indicadores de qualidade na assistência à saúde da criança na atenção primária a saúde: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 3, p. 7101-7116, 2020.
- CISLAGHI, Juliana Fiuza. Financiamento e privatização da saúde no Brasil em tempos ultraneoliberais. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 35, p. 15-24, 2021.
- CLAUDINO, Livia Maria Zacarias et al. Tecnologias de Informação e Comunicação: ferramenta de educação em saúde no contexto da COVID-19. **APS em Revista**, v. 4, n. 1, p. 27-36, 2022.
- DE OLIVEIRA, Alexsandro Sampaio. Sistema Único de Saúde (SUS): Caminhos, Desafios e Perspectivas em Perspectiva Comparada. **HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM)**, v. 30, n. 1, p. 354-374, 2024.
- DOS SANTOS TEIXEIRA, Viviane Moreira et al. Espiritualidade entre os profissionais da saúde que atuam na linha de frente do enfrentamento à COVID-19, em um município do Sudoeste da Bahia e sua correlação com a qualidade de vida, transtornos mentais e medo da COVID. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, p. e545101019196-e545101019196, 2021.
- FERNANDES, Gustavo Andrey de Almeida Lopes; PEREIRA, Blenda Leite Saturnino. Os desafios do financiamento do enfrentamento à COVID-19 no SUS dentro do pacto federativo. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 595-613, 2020.
- FERNANDEZ, Michelle et al. Atuação da APS em tempos de crise: uma análise da discricionariedade dos profissionais de saúde na pandemia da COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, p. 3563-3572, 2023.
- JUNGLOS, Carlos et al. Motivações, importância, desafios e perspectivas do controle social em saúde. **Cogitare Enfermagem**, v. 24, p. e66874, 2019.
- JUSTINO, Dayane Caroliny Pereira et al. Cobertura e gestão da atenção primária: um estudo na 7ª região de saúde do RN. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 12, p. e4473-e4473, 2024.
- MARINHO, Lúcia de Fátima Pereira Leite et al. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SAÚDE DAS FAMÍLIAS E DAS COMUNIDADES NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE EM TEMPOS DE PÓS-PANDEMIA. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 206-219, 2024.125.
- MOREIRA, P. et al. Variação microclimática em sítios urbanos com diferentes níveis de cobertura vegetal como subsídio à formação de ilha de calor. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v. 13, n. 07, p. 3254-3274, 2020.
- MORAIS, Isabella Cristina Oliveira et al. A percepção do usuário em relação à qualidade do atendimento na atenção primária à saúde. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 50, p. e3465-e3465, 2020.
- MASSUDA, Adriano. Mudanças no financiamento da Atenção Primária à Saúde no Sistema de Saúde Brasileiro: avanço ou retrocesso?. **Ciência & saúde coletiva**, v. 25, p. 1181-1188, 2020.
- PEREIRA, Maria Clara Leal et al. Saúde pública no Brasil: desafios estruturais e necessidades de investimentos sustentáveis para a melhoria do sistema. **Revista Cedigma**, v. 2, n. 3, p. 64-80, 2024.
- RODRIGUES, Ester Cano; EBERHARDT, Leonardo Dresch. Programa Previne Brasil: análise do processo de implementação em um município da região Sul. **Saúde em Debate**, v. 48, p. e8385, 2024.
- SETA, Marismary Horsth De; OCKÉ-REIS, Carlos Octávio; RAMOS, André Luis Paes. Programa Previne Brasil: o ápice das ameaças à Atenção Primária à Saúde?. **Ciência & saúde coletiva**, v. 26, p. 3781-3786, 2021.
- SILVA, Ana Cristina Cardoso da; OLIVER, Fátima Corrêa. Participação social em terapia ocupacional: sobre o que estamos falando?. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 27, n. 4, p. 858-872, 2019.
- SILVA, Patrícia Aparecida Barbosa et al. Política pública brasileira na prevenção da doença renal

crônica: desafios e perspectivas. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 86, 2020.

TAVARES, Priscilla dos Santos Peixoto Borelli. Tecnologias de Informação e Comunicação–TIC e o trabalho profissional das assistentes sociais na saúde mental. **O Social em Questão**, n. 58, p. 219-240, 2024.